



Município de  
Resende

CÂMARA MUNICIPAL

Acta nº. 23/2011

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE,  
REALIZADA EM 05.12.2011**

**LOCAL:** -----

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Resende. -----

**CONSTITUIÇÃO DO EXECUTIVO:** -----

**PRESIDENTE:** -----

António Manuel Leitão Borges (PS); -----

**VEREADORES:** -----

Manuel Joaquim Garcez Trindade (PS); -----

Joaquim Rodrigo de Matos Ferreira Pinto Pereira (PSD); -----

Maria Dulce Pereira (PS); -----

Albano António Alves dos Santos (PS); -----

Fernando Jorge Teixeira (PS); -----

Elsa Isabel Ferreira Rodrigues (PSD); -----

**HORA DE ABERTURA:** -----

Eram 10h20 quando o Senhor Presidente da Câmara deu início à reunião. -----

**FALTAS:** -----

Faltou a esta reunião, por motivos de doença, o senhor Vereador Manuel Joaquim Garcez Trindade (PS), pelo que a sua falta foi considerada justificada. -----

**A. PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”:** -----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

**B. PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”:** -----

**B.1. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR;** -----

O Senhor Presidente solicitou a dispensa da leitura da acta da reunião anterior, uma vez que a mesma foi distribuída a todos os membros com antecedência, a qual foi concedida. -----

Seguidamente, foi a referida acta colocada à discussão e sujeita a votação (na parte em que não tinha sido previamente aprovada em minuta), **tendo sido aprovada por unanimidade.** -----

**B.2. RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA;** -----

A Câmara tomou conhecimento de que as **receitas orçamentais**, constantes do Resumo Diário



da Tesouraria, respeitante ao **dia 29 de Novembro de 2011, eram de 170.518,29€** (cento e setenta mil quinhentos e dezoito euros e vinte e nove cêntimos) e as **operações de tesouraria de 524.538,78€** (quinhentos e vinte e quatro mil quinhentos e trinta e oito euros e setenta e oito cêntimos). **Tomou também conhecimento de que desde o início do ano houve de receita 11.561.302,02€** (onze milhões quinhentos e sessenta e um mil trezentos e vinte euros e dois cêntimos), **de despesa cabimentada 17.063.471,40€** (dezassete milhões sessenta e três mil quatrocentos e setenta e um euros e quarenta cêntimos) e de **despesa paga 11.447.100,32€** (onze milhões quatrocentos e quarenta e sete mil e cem euros e trinta e dois cêntimos).-----

**B.3. COMPETÊNCIA DELEGADA;**-----

Não houve.-----

**B.4. ASSUNTOS DE INTERESSE PARA A AUTARQUIA;**-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

**C. PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”;**

**C.1. ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO;**-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente a lista contendo os assuntos para conhecimento do executivo.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

**Tomado conhecimento.**-----

**C.2. PLANO ANUAL DE FEIRAS – 2012;**-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, uma proposta do Senhor Presidente da Câmara, propondo que seja aprovado o mapa das feiras do Concelho de Resende referente ao ano de 2012.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

**C.3. PEDIDO DE CERTIDÃO DE AUTORIZAÇÃO DE AUMENTO DE COMPROPRIEDADE;**-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, um requerimento de Bruno Vieira, Advogado, a requerer que seja certificado que não existe qualquer inconveniente em que se celebre a escritura de partilha de aumento de comproprietários dos prédios rústicos, inscritos na respectiva matriz sob o artigo 3331º, sito no Lugar Valado e artigo 3900º, sito no Lugar de Carvalho e Regadinhas, freguesia de Barrô, concelho de Resende. Os serviços da DOPU informaram favoravelmente.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----



Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

**C.4. DOCUMENTOS PREVISIONAIS – 2012;**-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e posterior envio à Assembleia Municipal, a proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2012.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

**Presidente da Câmara** – Remeteu qualquer consideração para a nota prévia constante dos documentos previsionais, referindo que se trata de um documento de continuidade e com lógica de mandato.-----

**Vereador Joaquim Rodrigo de Matos Ferreira Pinto Pereira (PSD)** – Disse que de facto pela análise da proposta se conclui que se trata de um documento de continuidade, com o mesmo modelo que foi implementado pela actual maioria. Não obstante a conjuntura actual, com cortes acumulados na receita do município na ordem de 2,5 milhões de euros, tal situação não se reflecte nas realizações propostas para 2012, o que considera estranho atendendo àquele valor que é considerável, parecendo pois que Resende é um “oásis” no meio das dificuldades que todo o país atravessa, o que lhe parece também uma situação “irrealista”. Não encontrou nos documentos previsionais nenhuma medida de apelo à contenção. Em jeito de balanço pela governação do concelho nos últimos 10 anos, disse que considerava que este modelo necessita de ser reformulado, pois embora reconheça que foram feitas algumas coisas positivas, outros factores existem sobre os quais este modelo de governação falhou, porque os indicadores que existem e estão publicados demonstram isso mesmo. Um deles tem a ver com a fixação da população no concelho, que segundo os dados dos últimos censos de 2011 Resende perdeu 999 habitantes, continuando também a existir muito desemprego, baixo índice de poder de compra – o que demonstra que a riqueza criada no concelho é residual e que nestes 10 anos não teve aumento e continuam a não existir oportunidades para os jovens do concelho. Entende que para estas questões que enumerou este documento não apresenta soluções, estando por isso na altura de mudar de rumo, tendo o PSD apresentado já nos órgãos do município algumas propostas que infelizmente a maioria socialista não acolheu.-----

**Presidente da Câmara** – Disse que naturalmente a maioria no executivo assume a responsabilidade pelas políticas que tem desenvolvido, seja ao nível da qualificação do território, da qualificação das pessoas e da activação da economia local, sendo óbvio que tem sido feito um enorme esforço para inverter décadas e décadas em que estivemos absolutamente ausentes destes processos. Este documento, ao contrário do que foi dito, encerra um conjunto de acções – na área do emprego, na área da activação económica, na área do fomento do tecido empresarial, que só não quer ver quem de facto tem outras motivações que não aquilo que é uma leitura atenta do documento. Em relação às questões que foram referidas, é óbvio que Resende tem problemas estruturais profundos, que têm a ver com uma região onde naturalmente se produz riqueza mas onde os enquadramentos tributários e fiscais não correspondem àquilo que é essa geração de riqueza (sendo aliás um problema de toda esta região do país). Quanto à diminuição da população, podemos dizer



que a nossa perda foi relativamente branda em relação a outros municípios da região que tiveram um decréscimo de mais de 20% e que se ficou a dever principalmente a dois factores, que são a baixa da natalidade (que é geral em todo o país) e a concentração da população no litoral por acção de políticas de macro-política e não tanto micro-política, que naturalmente penalizam todo o interior do país. A câmara está todavia empenhada em combater esta situação, como aliás tem vindo a fazer desde há 10 anos a esta parte, continuando a melhorar os níveis de qualificação do território e das pessoas, bem como a actividade económica, lamentando ainda que da parte da oposição não apareça nenhuma proposta nesse sentido.-----

**Vereador Joaquim Rodrigo de Matos Ferreira Pinto Pereira (PSD)** – Esclareceu que não disse nem nunca dirá que foi propositadamente que a câmara não quis melhorar estes índices, sendo que o que é facto é que não o conseguiu. Uma medida muito simples para fixação de pessoas no concelho será, a exemplo do que já se faz noutros municípios, a implementação de uma isenção em sede de impostos ou taxas em determinadas situações. Por outro lado considera que a “desculpa” com o passado da governação PSD já não tem grande sentido, sendo já tempo de deixar de lado, até porque entende que quando o senhor Presidente a utiliza o faz de uma forma “leviana”. Dizer que nada se fez em Resende antes da gestão socialista é puro levianismo, porque é preciso contextualizar as necessidades básicas das populações à data, uma vez que eram muito diferentes nas décadas de 80 e 90 do que são no ano 2000 ou 2005. Naquelas as necessidades básicas passavam pelas redes viária e eléctrica, pela água nos fontanários, pelas escolas primárias, pelo 1º quartel dos bombeiros, pelo palácio da justiça, pelas piscinas descobertas, etc., que era o que faltava na altura.-----

**Vereadora Maria Dulce Pereira (PS)** – Referiu que vai votar favoravelmente e de forma convicta o documento, o qual de facto representa 10 anos de governação socialista e que conseguiram fazer com que Resende ficasse para a história em termos de desenvolvimento por comparação com outros concelhos da mesma dimensão. Em 10 anos a maioria socialista no executivo conseguiu não só concretizar os maiores investimentos em infraestruturas que transformaram Resende num concelho moderno e referencial a nível nacional, mas também melhorar a qualificação da população, por exemplo aumentando a qualidade de vida das pessoas e reduzindo a taxa de insucesso escolar, por força das políticas implementadas pelo actual executivo liderado pelo Engº António Borges.-----

**Vereador Albano António Alves dos Santos (PS)** – Referindo-se àquilo que tem sido o percurso do partido socialista nos últimos anos em Resende e àquilo que se passou antes de o mesmo assumir a gestão camarária em 2002, disse que de facto não há que nos desculparmos com o passado mas também não devemos esquecer esse mesmo passado, pois quando comparamos o que foi feito nos últimos anos com o que foi feito no passado facilmente constatamos que existe uma diferença muito grande. A gestão PSD abriu de facto à data algumas estradas, todavia nunca as requalificou, tendo essa tarefa, principalmente no que diz respeito à rede viária principal, sido assumida pelo actual executivo camarário que investiu nessas obras e continua a investir, como se pode constatar pelos documentos previsionais para 2012. Quanto a outras obras levadas a efeito na altura, como é o caso da electrificação do concelho, tal ficou-se a dever à EDP e não à gestão camarária, pelo que essas



obras não podem ser consideradas com sendo da autoria da gestão autárquica de então.-----

**Vereador Fernando Jorge Teixeira (PS)** – Referiu que subscrevia tudo quanto foi dito pelos seus colegas de bancada do partido socialista e que os senhores Vereadores da oposição apenas colocaram questões menores, pois aquilo que o concelho tem actualmente e que foi feito nos últimos 10 anos pelo executivo liderado pelo senhor Engº António Borges está à vista de todos, tendo contribuído decisivamente para a modernização e desenvolvimento do concelho.-----

**Vereadora Elsa Isabel Ferreira Rodrigues (PSD)** – Disse que reforçava tudo quanto já foi fundamentado pelo seu colega de bancada, acrescentando que o que os leva a votar contra esta proposta é o facto de perceberem que as infraestruturas criadas não foram suficientes para fixar a população, para diminuir o desemprego, para fixar empresas, para incentivar o empreendedorismo, para facilitar aos jovens a sua própria criação de emprego, etc., achando que seria fundamental verter neste documento medidas tendentes a ultrapassar estas situações, o que não acontece. Refutou ainda o facto de a actual maioria quando confrontada com algumas divergência relativamente às suas posições se desculpar sempre com o passado, pois entende que 10 anos é tempo mais do que suficiente para implementar medidas, sejam de curto, médio ou longo prazo, sendo pois tempo de parar com a desculpa do passado. A propósito do passado recordou a construção de uma obra estruturante para o concelho que foi a ponte da Ermida, que exigiu um esforço enorme da autarquia e que muito contribuiu para o desenvolvimento do concelho.-----

**Presidente da Câmara** – Disse que tem plena convicção que o concelho melhorou muito nos últimos anos, sendo este um caminho que se vai fazendo e que naturalmente deixa a maioria socialista muito tranquila e muito satisfeita com os resultados obtidos.-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado foi deliberado, por maioria (2 votos contra do PSD), aprovar e remeter à Assembleia Municipal.**-----

#### **C.5. PARQUE EMPRESARIAL DE ANREADE – ALIENAÇÃO DE LOTES – 2º PERÍODO DE APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS;**-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para ratificação, o despacho da Presidência de 29.11.2011, que determinou a abertura de novo período de 30 dias úteis, a contar da data de afixação do respectivo edital, para apresentação de candidaturas à aquisição de lotes no Parque Empresarial de Anreade, mantendo-se inalterados os factores de ponderação dos critérios de selecção, preço e demais condições aplicáveis. Sobre o assunto foi emitido parecer jurídico pelo Dr. Miguel do Vale, dizendo, em suma, que o novo período deve ser considerado como sendo uma prorrogação do inicial.

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade ratificar.**-----



Município de  
Resende

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrada a reunião, eram 11h00, tendo sido aprovados em minuta todos os assuntos submetidos a decisão do órgão. -----

E eu, \_\_\_\_\_, Chefe da Divisão Administrativa e de Serviços Urbanos, a redigi e subscrevo. -----

---

Engº António Manuel Leitão Borges  
Presidente da Câmara Municipal

---

Dr. António Manuel de Almeida Pinto  
Chefe da DASU